



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 54/2021
Pregão Eletrônico – Registro de Preços
Protocolo n.º 9.534/2020 (PAD)

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO
PORTE (EPP) e SOCIEDADES COOPERATIVAS

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 18/11/2021 às 16:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (UASG 070019), por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 257/2019 da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob a forma de **REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **menor preço por item**, que será regido pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 10.024/19, nº 7.892/13 e nº 8.538/15, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e anexos.

1.1 - No dia **18 (dezoito) de novembro de 2021, às 16:00 horas**, horário de Brasília – DF, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, **exclusivamente por meio de sistema eletrônico** do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, o Termo de Referência - Anexo I e a Ata de Registro de Preços – Anexo II

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço unitário para **fornecimento de materiais de consumo, na categoria**

de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência - Anexo I.

3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1 - Poderão participar deste certame exclusivamente microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 34 da Lei nº 11.488/2017, que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério da Economia.

3.1.1 - A licitante deverá manter seus dados (e-mail e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresse no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.2.1 - As condições exigidas no item 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.3.1 - A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/05, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/16, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.5 - A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do sistema eletrônico, como requisito para participação no Pregão Eletrônico.

3.5.1 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não será responsável, em nenhum caso, pelos custos de tais procedimentos.

3.6 - A licitante deverá estar inscrita no sistema eletrônico *Comprasnet*, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.6.1 - O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.6.2 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.7 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS¹ E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **no valor unitário do item**, bem como dos documentos de habilitação informados neste edital, caso haja, a partir da divulgação do edital até a data e hora da abertura da Sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

4.1.1 – Além dos documentos solicitados acima, as licitantes **deverão encaminhar, para fins de comprovação dos critérios de sustentabilidade informados no item 2.1 do Termo de Referência – Anexo I, via sistema:**

4.1.1.1 - Para o item 7: a apresentação de laudo técnico, emitido por laboratório credenciado junto ao Inmetro, certificando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma ABNT 15071/2020.

4.1.1.2 – Para o item 9: a apresentação de Atestado de Qualificação, do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat conferindo ao produto ofertado conformidade com as Normas ABNT 5648:2018 e 5688/2018.

4.1.1.2.1 – Se o produto ofertado for das marcas citadas abaixo, não é necessária a apresentação do documento, visto que, conforme Relatório Setorial nº 124 da ASFAMAS, possuem o referido atestado.

- a) Preconvc/Tubozan;
- b) Corr Plastik;

¹ A licitante deverá **analisar detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento, tendo em vista o Acórdão TCU nº 754-2015 – Plenário, que determinou instauração de processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 na licitação.

- c) Fortlev;
- d) Kep;
- e) Krona;
- f) Amanco;
- g) Multilit;
- h) Prevesul;
- i) Plastilit;
- j) Tigre.

4.1.1.3 – Para o item 33: a Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

4.1.1.4 – Para os itens 50, 51, 52, 53, 54, 55, e 56: a comprovação de que o material está de acordo com a NBR 16820/14 e NPTPR 020/2014, mediante apresentação de catálogo do fabricante ou outro meio de comprovação.

4.1.2 - A licitante, no momento do cadastramento da proposta, deverá obrigatoriamente fazer constar a marca do produto, bem como o modelo (referência da linha de fabricação), se houver (no campo da descrição complementar), vez que diversos fabricantes possuem mais de uma linha, com um diferencial de qualidade e especificação da matéria prima utilizada.

4.1.3 - As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF.

4.1.4 - A licitante deverá encaminhar, também, as seguintes informações cadastrais por meio do sistema, em documento eletrônico próprio (anexo), sendo vedado o seu envio no campo da descrição detalhada do objeto, sob pena de desclassificação em razão da identificação da proposta antes dos lances:

a) Nome do representante legal que assinará o contrato ou a nota de empenho:

.....

b) CPF do representante Legal:

c) Cargo que ocupa:

d) Telefone fixo:

e) Telefone celular:.....

f) E-mail:

g) Endereço completo (com CEP) para fins de faturamento:

h) Endereço completo (com CEP) para fins de envio de correspondência:

4.1.5 - Até a abertura da Sessão Pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados.

4.2 - A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4 - O valor máximo unitário aceitável para cada item consta

no Termo de Referência, item 2.1.

4.4.1 - As propostas deverão ser apresentadas pelo valor unitário do item, sendo que aquelas selecionadas ficarão à disposição da Administração, que se valerá dos preços registrados para a aquisição dos produtos.

4.5 – A quantidade ofertada na proposta deverá corresponder ao quantitativo total estimado para cada item, conforme item 2.1 do Termo de Referência.

4.6 - Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas (frete, impostos, taxas, etc.) e conter somente duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

4.7 - O CNPJ cadastrado no sistema *Comprasnet*, para fins de participação no certame, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais/faturas para posterior pagamento.

4.7.1 - Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

4.8 - Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas ou anexos não solicitados, considerando-se que, pelo preço proposto, a empresa obrigará-se ao fornecimento descrito neste edital.

4.9 - As propostas terão eficácia por 90 (noventa) dias, de acordo com o art. 6º da Lei nº 10.520/02, e a vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

4.10 - Em razão do descritivo do Sistema *Comprasnet* (também reproduzido no documento “Relação de Itens”) não possuir o mesmo nível de detalhamento do objeto do certame, as propostas deverão atender às especificações dispostas no descritivo constante do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

4.11 - Será solicitado, nesta fase, o envio eletrônico das declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, quanto a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 e de atendimento aos requisitos legais estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar 123/06 para microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa² (conforme item 9.3).

4.12 - As declarações citadas no item acima somente serão visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação.

² art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO PÚBLICA

5.1 - O Pregoeiro iniciará a Sessão Pública na data e horário previstos neste edital, via sistema eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, no prazo avençado, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital.

6 - DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1 - Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente e registrando no sistema, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A partir do início da Sessão Pública, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário do registro e valor.

7.1.1 - Os lances serão ofertados pelo valor **UNITÁRIO** do item.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.2.1 - A licitante só poderá ofertar lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, conforme segue:

- a) Para itens com valor estimado até R\$ 9,99 (nove reais e noventa e nove centavos), intervalo de R\$ 0,10 (dez centavos);
- b) Para itens com valor estimado entre R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 99,99 (noventa e nove reais e noventa e nove centavos), intervalo de R\$ 1,00 (um real);
- c) Para itens com valor estimado acima de R\$ 100,00 (cem reais), intervalo de R\$ 10,00 (dez reais).

7.3 - Em havendo dois ou mais lances de igual valor, prevalecerá o lance que for registrado em primeiro lugar.

7.4 - No transcurso da Sessão Pública as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado.

7.5 - Nesta fase o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

7.6 - Para o envio de lances será adotado o **modo de disputa aberto**, descrito a seguir:

7.6.1 - A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6.2 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.6.3 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 7.6.1, a Sessão Pública será encerrada automaticamente

7.6.4 - Encerrada a Sessão Pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.6.2, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

7.7 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico usado para divulgação.

7.8 - Não se admitirá proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ensejando a desclassificação.

7.9 - Os preços apresentados deverão ser compatíveis com a conjuntura do mercado, sendo que a apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

8 - DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 - Encerrada a etapa de envio de lances da Sessão Pública, o Pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2 - O não encaminhamento dos documentos solicitados no item 4.1.1, deste edital, ou sua não aprovação ensejará à desclassificação, sendo convocada a licitante classificada em 2º lugar para atender ao disposto acima e assim sucessivamente.

8.2.1 - A licitante deverá encaminhar os documentos constantes no item 4.1.1 devidamente configurados, e em formato para impressão.

8.3 - O Pregoeiro efetuará a aceitação, classificando a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO DO ITEM**.

8.3.1 - Não será aceita proposta cujo quantitativo ofertado seja inferior ao estabelecido no item 2.1 do Termo de Referência – Anexo I.

8.3.2 - Para a aceitação da proposta, a licitante deverá atentar

para o fato de que todos os valores deverão **conter, OBRIGATORIAMENTE, apenas duas casas decimais.**

8.3.3 - Caso a proposta da licitante não contenha apenas duas casas decimais, o Pregoeiro efetuará a referida adequação.

8.4 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço unitário do item** e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.4.1 - Ocorrendo a hipótese anterior, o Pregoeiro negociará com a licitante, no sentido de se obter melhor preço.

8.5 – Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste edital;

b) apresentarem, após a fase de lances ou negociação, valores superiores aos estabelecidos para a presente contratação ou preços manifestadamente inexequíveis.

8.5.1 – Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis, de que trata o item anterior, aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

8.5.2 – Havendo indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 – Em conjunto com o exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.2, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 - Para habilitação na presente licitação, a licitante deverá estar cadastrada no SICAF, com a documentação regularizada, comprovando regularidade para com a Fazenda Federal, Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Justiça do Trabalho, nos termos do art. 29 da Lei nº 8.666/93, sendo a comprovação desta habilitação obtida *on line* pelo Pregoeiro, que verificará a validade dos documentos.

9.2.1 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, o Pregoeiro poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

9.2.1.1 – Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a anexar, em campo próprio do Sistema *Comprasnet*, no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação³.

9.2.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2.2.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

9.2.3 - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;
- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1.971.

9.3 - Além do cadastro no SICAF, exigir-se-á das licitantes as declarações de inexistência de fato superveniente referente à habilitação, do cumprimento ao disposto no artigo 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto a

³ Conforme IN 03/2018 SICAF.

proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, declaração de cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, com atendimento às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e declaração de atendimento aos requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa⁴ (tal exigência será feita no momento da elaboração e envio da proposta, por meio eletrônico, conforme item 4.11).

9.4 - Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, deverão ser encaminhados em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico.

9.5 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará a licitante inabilitada, a qual poderá sofrer as sanções cabíveis.

9.6 - Após a homologação correspondente, os preços serão registrados para futura utilização pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

9.7 - Os demais procedimentos da fase externa do Pregão correrão conforme o disposto na Lei nº 10.520/02, artigo 4º e seus incisos.

10 - DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS E FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1 – O Cadastro de Reserva será formado por meio do registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, para futura contratação, no caso da impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da Ata, atendendo ao disposto no art. 11 do Decreto nº 7.892/2013.

10.1.1 – A convocação para formação do Cadastro de Reserva será feita por meio de *email*, gerado pelo próprio Sistema *Comprasnet*.

10.1.2 – Ao final do processo, o referido Cadastro de Reserva poderá ser visualizado na consulta pública de visualização da Ata, juntamente com as demais informações como “Resultado por Fornecedor”, “Declarações”, “Termo de Homologação”, etc.

10.2 - A apresentação de novas propostas na forma do item 10.1 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante melhor classificada.

10.3 - Quando houver a necessidade de contratação, serão observados os procedimentos de aceitabilidade das propostas bem como avaliadas as condições de habilitação das licitantes, conforme itens 8 e 9 deste edital.

⁴ Art. 34 da Lei nº 11.488/2007

11 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. – O prazo para envio de pedidos de esclarecimentos é de até 03 (três) dias úteis anteriores à data da abertura da Sessão.

11.2 – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido.

11.3 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

11.4 - Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica pelo e-mail cpl@tre-pr.jus.br, sendo necessário que o arquivo seja encaminhado na extensão “.doc”, possibilitando a inserção no sistema *Comprasnet* pelo Pregoeiro.

12 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - Após a homologação, o gestor da contratação convocará a licitante vencedora para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

12.1.1 - O prazo para a assinatura estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito por este Tribunal.

12.2 - No caso da licitante vencedora, bem como as licitantes que reduziram seus preços, nos termos do item 10, após convocadas, não comparecerem ou se recusarem a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste Edital e seus Anexos, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições.

12.3 - A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

12.4 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não cabendo direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se, ao beneficiário do registro, preferência em igualdade de condições.

12.5 - Observados os critérios e condições estabelecidas no presente edital, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do edital e o preço registrado.

12.6 – Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes.

13 - DA ATA COMPLEMENTAR

13.1 - Na hipótese da empresa vencedora ou aquelas que

aceitaram reduzir seus preços, após cumprido do contido no item 10.1, não assinarem a Ata de Registro de Preços será possível, mediante a geração de Ata Complementar, a aplicação do procedimento previsto no parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 7.892/2013.

13.2 - As empresa citadas acima, inadimplentes, não estarão isentas das penalidades previstas no edital.

14 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

14.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta dos elementos que serão especificados quando da solicitação dos itens.

14.2 - Uma vez homologado/adjudicado o item à empresa vencedora, solicitado pelo gestor da Ata e devidamente autorizado pela Diretoria Geral, a Secretaria de Orçamento e Finanças, procederá a emissão da NOTA DE EMPENHO, notificando-a para que manifeste o aceite respectivo.

14.2.1 - A empresa deverá manifestar o aceite da Nota de Empenho, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do comunicado feito pelo TRE.

14.2.2 - Não ocorrendo aceite da Nota de Empenho no prazo determinado no item acima, injustificadamente, a empresa estará sujeita às penalidades cabíveis.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 - Do documento fiscal: O documento fiscal poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado, previamente à entrega, por e-mail (sgmc@tre-pr.jus.br), em formato “.pdf”. O documento físico deverá acompanhar a entrega do produto, junto com a cópia da Nota de Empenho.

15.1.1 - Estar de acordo com as descrições contidas na Nota de Empenho, bem como, apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado e habilitado na licitação e constante nos documentos entregues.

15.1.2 - Outras especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) CNPJ do TRE: 03.985.113/0001-81;
- c) Data de emissão da nota fiscal;
- d) Descritivo dos valores unitário e total;
- e) Dados bancários para créditos: Banco, Agência e Conta-Corrente, a qual deverá ser obrigatoriamente da própria contratada.

15.1.3 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

15.2 - Das condições do pagamento:

15.2.1 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

15.2.1.1 – O prazo para atestado da Nota Fiscal é de até **05 (cinco) dias úteis** a partir do aceite da mesma pelo gestor da contratação, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências editalícias.

15.2.1.2 - O prazo para pagamento da Nota Fiscal é de até **20 (vinte) dias corridos** após o atestado da mesma pelo fiscal designado para a contratação.

15.2.1.3 – Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de 5 (cinco) dias úteis após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93.

15.2.1.4 - Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, serão devidos encargos moratórios pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal do interessado, que serão calculados por meio da aplicação da fórmula **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = $i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

I = $(6/100)/365$.

15.2.1.5 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.2.2 - O gestor da contratação procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo naquela hipótese prevista no item 4.7.1.

15.2.3 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.2.4 - O TRE-PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

15.3 – Da regularidade fiscal:

15.3.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da Contratada em vigor na data do pagamento.

15.3.1.1 - A Contratada, inadimplente quanto à regularidade fiscal, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

15.3.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s)

15.3.1.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela Contratada, anexada ao documento fiscal.

15.3.1.3 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

15.3.2 - Caso a Contratada esteja inadimplente quanto à documentação habilitatória, necessária para que o Contratante efetive/formalize cada pedido de aquisição do objeto, estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor do Contrato, visando regularizar a documentação, sob pena de ser aplicada a sanção de Advertência. Permanecendo a inadimplência, poderá haver o cancelamento do RP com aplicação das demais sanções cabíveis

16 - DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

16.1 - Da substituição tributária:

16.1.1 - Serão feitas as retenções tributárias federais e municipais incidentes sobre a contratação, conforme art. 64 da Lei nº 9.430/96, INs RFB nº 971/09 e nº 1234/12, Leis Complementares nº 116/03 e nº 123/06, conforme o objeto da contratação.

16.2 - Dos tributos federais:

16.2.1 - Será efetuada a retenção dos tributos federais aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual constante da Tabela de Retenção da IN RFB nº 1234/12.

16.2.2 - Quando a empresa for optante do Regime Simplificado Nacional (SIMPLES), não haverá a retenção de que trata o item acima.

16.2.3 - A nota fiscal, cuja empresa contratada seja Optante do SIMPLES, deverá estar acompanhada da Declaração, nos termos do caput do art. 6º da IN RFB nº 1234/12 - anexo IV.

16.3 - Quanto à incidência das retenções de tributos prevalecerá sempre a legislação vigente, mesmo que venham a contrariar as disposições acima, conforme sua incidência ou não sobre o objeto contratado.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Durante a fase externa da licitação⁵, os licitantes estarão sujeitos à(s) penalidade(s) prevista(s) no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, que dispõe que: *"quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais."*

17.2 - As licitantes que praticarem as seguintes condutas, injustificadamente, estarão sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, citada no item anterior, pelo prazo a seguir fixado:

- a) Solicitar a desclassificação de sua proposta, após a etapa de lances: 01 (um) mês;
- b) Deixar de entregar documentos exigidos na fase de aceitação da proposta: 02 (dois) meses;
- c) Deixar de entregar documentos durante a fase de habilitação: 03 (três) meses.

17.2.1 - Poderá ser aplicada a penalidade de advertência às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço.

17.2.2 - Reputar-se-ão comportamentos inidôneos, para os fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93.

17.3 - Nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na minuta da Ata de Registro de Preços (anexa a este edital).

17.4 - Pela recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora estará sujeita à aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total homologado.

17.5 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia⁶ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que por ventura venha a substituí-lo.

18 - DOS RECURSOS

18.1 - Das decisões proferidas pelo Pregoeiro, caberão recursos nos termos do artigo 44 e parágrafos do Decreto nº 10.024/2019.

⁵ Conforme entendimento firmado pelo TCU, no Acórdão nº 754/2015 – Plenário.

⁶ Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

18.2 - A empresa licitante poderá apresentar razões do recurso no prazo de 3 (três) dias, no momento da divulgação do vencedor desde que manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos, na Sala de Licitações do prédio do TRE/PR.

18.2.1 - Os procedimentos citados no item anterior serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.

18.4 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 - Os recursos administrativos correspondentes à fase contratual correrão de acordo com os procedimentos especificados no artigo 109 da lei nº 8.666/93.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, nos termos do art. 47 do Decreto nº 10.024/2019.

19.2 - Para efeito de envio de documentos a serem inseridos no sistema *Comprasnet*, considera-se o horário das 12h às 18h.

19.3 - No caso de processo administrativo e durante o seu transcurso, as notificações às empresas poderão ser efetivadas por meio eletrônico, tais como e-mail ou aplicativo *Whatsapp*, presumindo-se eficaz a sua realização com o aviso de confirmação de recebimento do documento.

19.4 - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, e assim, sucessivamente, se a primeira colocada não apresentar os documentos exigidos ou não atender as qualificações do presente edital, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

19.5 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

20 - INFORMAÇÕES

20.1 - Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital pela internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

20.2 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidas na Rua João Parolin nº 224.

- Pregoeiro/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 ou e-mail cpl@tre-pr.jus.br.
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3330-8753 / 3072-4796 ou

e-mail slic@tre-pr.jus.br.

20.2.1 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 18h.

Curitiba, 03 de novembro de 2021.

Angela Maria Mezari
Pregoeira e.e

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DO OBJETO

1.1 – Registro de preços para aquisição de materiais de consumo, na categoria de MANUTENÇÃO PREDIAL, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no presente Termo de Referência.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES, CARACTERÍSTICAS E RECEBIMENTO

2.1 – Poderão ser adquiridos os itens conforme quantitativos, características e especificações a seguir:

ITEM	DESCRIPTIVO/ MATERIAL	Unidade de medida	QTDE	Preço Máximo Unitário Aceitável (R\$)
1	BALIZADOR PARA SINALIZACAO DE TRANSITO - TIPO T Utilização: para movimentação do trânsito; Modelo: Tipo T; Material: corpo em polietileno semi flexível de média densidade; Material: Base: de borracha; Faixas reflexivas: 2 (duas) faixas em adesivo reflexivo nas cores branca e laranja; Medidas: - altura 1,15m; - Base quadrada de 41cm x 41 cm; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 151046; <u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	40	109,04
2	BUCHA NYLON 06MM Material: nylon (não serão aceitas buchas de plástico); Comprimento: 3cm; Espessura: 6mm; Apresentação: embalagem com 100 buchas; Unidade de medida: caixa com 100 buchas; Código SIASG: : 214344; <u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	caixa com 100 buchas	10	14,71

3	<p>BUCHA NYLON 08MM Material: nylon (não serão aceitas buchas de plástico); Comprimento: 4cm; Espessura: 8mm; Apresentação: embalagem com 100 unidades; Unidade de medida: caixa com 100 buchas. Código SIASG:: 214348</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	caixa com 100 buchas	10	34,28
4	<p>CANTONEIRA TIPO MÃO FRANCESA Material: em aço/latão; Uso: suporte/reforço de prateleira em móveis; Tipo: mão francesa; Acabamento: cor branca; Extremidades: arredondadas; Medidas: 2,5 x 2,5cm; Quantidade de furos: 1 (hum) furo em cada haste; Unidade de medida: unidade; Código SIASG : 441588;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	250	1,38
5	<p>COLA PARA PVC RIGIDO HIDRAULICO Tipo: Vedante à base de borracha; Validade mínima: 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. Importante: A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Apresentação: tubo/ bisnaga de 75g; Unidade de medida: tubo/ bisnaga; Código SIASG:: 265158;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	tubo ou bisnaga de 75 g	40	9,38
6	<p>COLA DE SILICONE - 280G Indicação: Material selante tipo acético; Composição: à base de borracha de silicone; Cor: Incolor; Utilização: para reparação de materiais como: vidro, metais, madeira, alumínio, policarbonatos e outros. Validade: 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do</p>	tubo ou bisnaga	250	17,82

	<p>produto, de forma a monitorar sua validade; Apresentação: tubo/bisnaga de 280/300g; Unidade de medida: tubo/bisnaga; Código SIASG: : 285668</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>			
7	<p>CONE DE SINALIZACAO - TRÂNSITO Material: polietileno semi flexível; Base e corpo em uma só peça; Cores: laranja e branco, com predominância da cor laranja, com duas faixas brancas reflexivas, estas que devem ser auto adesivas. Não serão aceitos cones com faixas pintadas; Medidas: altura 75cm - base mínimo de 36cm x 36cm; Norma ABNT: NBR 15071:2020; Indicativos do corpo do Cone: - O cone deve ter acabamento isento de defeitos superficiais, rebarbas ou bordas cortantes; - Base de Sustentação: 8 (oito) sapatas (pés de apoio); - Película reflexiva deve ser flexível , auto adesiva com adesivo sensível à pressão e com reflexividade mínima de 250 cd/lx/m2 Unidade de medida: unidade; Código SIASG:: 0477902</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve estar de acordo com a Norma ABNT NBR 15.071:2020 que estabelece os requisitos para o cone para sinalização viária, cuja função é garantir a qualidade do material, de forma a gerar segurança na sua utilização. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR. Documentação exigida: apresentação de laudo técnico, emitido por laboratório credenciado junto ao Inmetro, certificando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma ABNT 15071/2020.</p>	unidade	40	165,88
8	<p>CONECTOR RJ45 FEMEA Material: Corpo em material termoplástico; Utilização: Uso interno, para condutores 22 a 26 AWG; Tipo: CAT5E; Unidade de medida: unidade; Código SIASG:: 251872;</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	unidade	120	6,99

9	<p>CONEXÃO HIDRÁULICA TIPO COTOVELO 25MM - 90 GRAUS</p> <p>Tipo: cotovelo; Material: PVC - cloreto de polivinila; Bitola: 25mm; Ângulo: 90 graus; Fixação: soldável; Cor: marrom; Unidade de medida: unidade; Código SIASG:: 346656;</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Atestado de Qualificação, do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat, este que confere à empresa fabricante conformidade com as Normas ABNT 5648:2018 e 5688:2018. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p> <p>Documentação exigida: Apresentação de Atestado de Qualificação, do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat conferindo ao produto ofertado conformidade com as Normas ABNT 5648:2018 e 5688/2018. Se o produto ofertado for das marcas citadas abaixo, não é necessária a apresentação do documento, visto que, conforme Relatório Setorial nº 124 da ASFAMAS, possuem o referido atestado.</p> <p>a) Preconvc/Tubozan; b) Corr Plastik; c) Fortlev; d) Kep; e) Krona; f) Amanco; g) Multilit; h) Prevesul; i) Plastilit; j) Tigre.</p>	unidade	120	0,94
10	<p>CORRENTE DE PLASTICO P/SINALIZACAO E ISOLAMENTO</p> <p>Material: plástico; Cor: zebrada (preta e amarela) Medida dos elos: 70mm X 38mm Unidade de medida: metro; Código SIASG: 134350</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	metro	400	9,61

11	<p>DESENTUPIDOR MANUAL COM 15 METROS Material: alma de aço; Tipo: com mola na ponta; Comprimento: 15 metros; Características adicionais: que atenda curvas de 90°; Utilização: em encanamentos a partir de 40mm; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 377641</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	12	158,75
12	<p>FECHADURA PARA PORTA DE METAL Acabamento: cromado; Tipo: EXTERNA; Modelo: Com espelho; Trinco: alavanca; Distância da broca: 20mm; Profundidade: 36mm Apresentação: Conjunto completo em embalagem individualizada, com a impressão de suas características Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 010162</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	conjunto	100	54,11
13	<p>FITA ADESIVA DUPLA FACE COM SILICONE Material: adesivo com silicone; Comprimento: 20m; Largura mínima: 19mm; Cor: verde; Aplicação: multiuso; Validade: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 3 (três) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Unidade de medida: rolo de 20 (vinte) metros; Código SIASG: 318397</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	rolo de 20 metros	200	59,15
14	<p>FITA ADESIVA DUPLA FACE ESPUMA ACRILICA Material: espuma acrílica; Comprimento: 10m; Largura mínima: 19mm; Validade: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 3 (três) meses entre a data de fabricação e a data de entrega.</p>	rolo de 10 metros	100	25,20

	<p>A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Apresentação: rolo com 10 metros; Unidade de medida: rolo de 10 (dez) metros; Código SIASG: 396399</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>			
15	<p>FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO DE SOLO Material: PVC plastificado Medidas: 48mm largura mínima x 30m comprimento mínimo x 0,12mm de espessura mínima; COR: as cores serão definidas por ocasião da emissão da Nota de Empenho, com opções para vermelha e amarela; Prazo de validade: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 3 (três) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data de validade ou a data de fabricação com prazo de validade deverão constar impressas no rótulo ou no tubo central da fita; Unidade de medida: rolo de 30 metros; Código SIASG: 355631</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	rolo de 30 metros	50	32,40
16	<p>FITA MULTIUSO ASFALTICA Composição: alumínio e composto asfáltico modificado; Acabamento: poliuretano e alumínio; Aplicação: impermeabilização; Comprimento: 10m; Largura: 20cm; Espessura: 1mm; Apresentação: rolo com dez metros; Validade mínima: 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Unidade de medida: rolo de 10 (dez) metros; Código SIASG: 284282;</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	rolo de 10 metros	120	50,42
17	<p>FITA PLASTICA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA Material: plástico vinílico; Cores: Amarela e preta Tipo: zebrada; Aplicação: suspensão para isolamento e segurança; Medidas: comprimento 100 m e largura de 70mm; Unidade de medida: rolo com 100 (cem) metros; Código SIASG: 380041;</p> <p><u>Critério de Sustentabilidade:</u> 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de</p>	unidade	7000	7,21

	<p>papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>			
18	<p>GANCHO DE CABIDE PEQUENO SIMPLES</p> <p>Material: metal niquelado;</p> <p>Aplicação: para pendurar bolsas e roupas em geral;</p> <p>Medidas mínimas: Altura x Largura x Profundidade: 5 cm x 5 cm x 4.9 cm;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 380698</p>  <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	85	1,57
19	<p>GANCHO DE CABIDE GRANDE VERTICAL DUPLO</p> <p>Material: metal niquelado;</p> <p>Aplicação: para pendurar bolsas e roupas em geral;</p> <p>Medidas mínimas: altura 9 cm, largura 7 cm;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 150578;</p>  <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	85	12,40
20	<p>KIT PARA GAS</p> <p>Material:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mangueira de PVC super flexível de 1,2m comprimento, com bitola de 10 x 3,9, pressão nominal de trabalho 2,8 kPa com duas abraçadeiras. - Regulador de baixa pressão, utilizado em gás de cozinha, com vazão de 2 kg de gás por hora, componentes internos aço e zamatek, borboleta e pino de latão; <p>Validade: 5 (cinco) anos, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 4 (quatro) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade;</p> <p>Normalizados pela INMETRO e ABNT.</p> <p>O selo INMETRO e ABNT devem constar na embalagem do material;</p> <p>Unidade de medida: conjunto;</p> <p>Código SIASG: 150198;</p> <p>Critério de Sustentabilidade:</p> <p>1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	conjunto	50	39,95

21	LIXA PARA PINTURA N.120 EM FOLHA Medida: n. 120; Apresentação: em folha; Uso: para pintura; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 320251	unidade	20	0,96
22	LONA PLASTICA PRETA Material: plástico; Cor: preta; Medidas: largura de 4 metros, comprimento de 100 metros, espessura 150 micra; Apresentação: rolo de 100 metros; Unidade de medida: rolo. Código SIASG: 384187 Critério de Sustentabilidade: 1. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	Rolo de 100 metros	20	491,87
23	LUBRIFICANTE (BASE SILICONE) AEROSOL 300ML Composição: à base de óleo; Multiuso: desoxidante, antiferrugem; Apresentação: embalagem spray 290 a 310 ml; Validade: 24 (vinte e quatro) meses , a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 3 (três) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Unidade de medida: frasco; Código SIASG: 261317 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.	Unidade /frasco	40	18,40
24	LUBRIFICANTE DESENGRIPANTE SPRAY Composição: à base de óleo; Multiuso: desoxidante, antiferrugem; Apresentação: embalagem spray 290 a 310 ml. Validade: 24 (vinte e quatro) meses , a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 3 (três) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Unidade de medida: frasco; Código SIASG: 261317 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.	frasco	150	9,40
25	MASSA ADESIVA PLASTICA Cor: cinza; Composição: Com catalisador; Uso: correção de imperfeições em superfícies. Apresentação: embalagem com 400g; Validade: 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Unidade de medida: lata de 400g;	lata de 400g	6	13,71

	Código SIASG: 055077 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.			
26	MECANISMO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA – LATERAL Tipo: acionamento lateral; Características: conjunto completo, universal; Prazo de validade: indeterminado; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 261794; Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	100	79,88
27	MECANISMO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA – TAMPA Tipo: acionamento na tampa; Características: conjunto completo, universal; Prazo de validade: indeterminado; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 239380 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	100	71,55
28	PLACA DE FORRO MED. 625 X 1250 X 15MM Material: fibra mineral; Pintura: acrílica de ação bacteriostática; Cor: branca; Medidas: 625 X 1250 X 15MM Devem ser observadas as seguintes características: Fabricadas em fibra mineral, com matéria prima biosolúvel, livre de formaldeído, máximo desempenho acústico, com alta capacidade de reflexão da luz, máxima resistência mecânica, proteção contra fungos e bactérias (DIN 53739), isolamento térmico, resistente à umidade e ao fogo, modulação de 1250 mm x 625 mm, com detalhe de borda layin, observando as especificações técnicas de Coeficiente de Absorção Sonora (SRA) 0,55, Coeficiente de Absorção sonora (NRC) 0,50, Coeficiente de Atenuação sonora (CAC) 31 a 49 dB, Reflexão da luz aprox. 87 (ISSO 7724-2, ISSO 7724-3), Coeficiente de Resistência ao fogo classe A, Resistência à umidade RH90 - 49º, índice de coeficiente térmico K = 0,063 w/m Cº. Marca de referência: Hunter Douglas; Apresentação: Cx. com 12 placas; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 429733	unidade	1000	36,49

29	<p>PLACA DE FORRO MED. 625 X 625 X 15MM Material: fibra mineral; Pintura: acrílica de ação bacteriostática; Cor: branca; Medidas: 625 X 625 X 15MM Devem ser observadas as seguintes características: Fabricadas em fibra mineral, com matéria prima biosolúvel, livre de formaldeído, máximo desempenho acústico, com alta capacidade de reflexão da luz, máxima resistência mecânica, proteção contra fungos e bactérias (DIN 53739), isolamento térmico, resistente à umidade e ao fogo, modulação de 1250 mm x 625 mm, com detalhe de borda layin, observando as especificações técnicas de Coeficiente de Absorção Sonora (SRA) 0,55, Coeficiente de Absorção sonora (NRC) 0,50, Coeficiente de Atenuação sonora (CAC) 31 a 49 dB, Reflexão da luz aprox. 87 (ISSO 7724-2, ISSO 7724-3), Coeficiente de Resistência ao fogo classe A, Resistência à umidade RH90 - 49%, índice de coeficiente térmico K = 0,063 w/m Cº. Marca de referência: Hunter Douglas; Apresentação: Cx. com 12 placas; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 392514</p>	unidade	1000	20,59
30	<p>REFIL TIPO POU 4 7/8" - PONTO DE USO - BEBEDOURO IBBL CAR100 - capacidade de vida útil de no mínimo 5.000 litros ou 6 meses; - uma etapa de filtragem; - eficiência de redução de cloro; - pressão de trabalho: 2 a 40 m.c.a/19,61 a 392,27Kpa; - classe P-C (partículas de 5 a 15 micra); - filtração mecânica + cartão ativado; - efeito bacteriostático; - Refil que encaixa no filtro de água ponto de uso IBBL POU 4 7/8". Apresentação: Em embalagem lacrada onde constem as características do material; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 350799</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	unidade	10	89,90
31	<p>REPARO PARA VÁLVULA HYDRA REF. 2550 Uso: Para válvula hidráulica Hydra - ref. 2550 - 1 1/2" Características adicionais: conjunto completo; Unidade de medida: conjunto. Código SIASG: 076562</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	conjunto	150	42,95
32	<p>REPARO VALVULA HIDRAULICA ROSCAVEL - PARA DOCOL Utilização: Para válvula hidráulica Docol; Modelo: 1 1/2"; Tipo: Roscável; Apresentação: conjunto completo; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 076562</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III</p>	unidade	100	37,99

	(Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.			
33	<p>SIFAO SANFONADO PARA PIA Tipo: ajustável, multiuso; Cor: branco; Comprimento: 66cm; Características adicionais: adaptável a qualquer tipo de válvula (1", 1/4", 1.1/2") e a qualquer tubulação de esgoto (DN 38, 40, 48 e 50). Validade mínima: 12 (doze) meses, a contar da data de entrega do material pelo fornecedor, podendo ser entregue com um lapso de no máximo 2 (dois) meses entre a data de fabricação e a data de entrega. A data deve constar expressamente impressa na embalagem do produto, de forma a monitorar sua validade; Apresentação: em embalagem individualizada, contendo impressas as características solicitadas no edital. Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 111600</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. CTF/APP - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – IBAMA, regular, emitido para a fabricante do produto ofertado, seja ela a própria licitante ou não. Exigência amparada no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, categoria 9. 2. O material deve ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR. Documentação exigida: Comprovação deverá ser feita mediante apresentação ao pregoeiro por ocasião da apresentação da proposta de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).</p>	unidade	220	10,08
34	<p>TAMPA VASO SANITARIO - EM MADEIRA, COR BRANCA Modelo: tampa com assento sanitário; Material: em madeira laqueada; Características adicionais: com dobradiças e parafusos metálicos; Compatibilidade de uso: modelo universal, tipo borda arredondada; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 007013</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser, preferencialmente, acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	350	179,90
35	<p>TORNEIRA 1/2 - BICA MOVEL - DE MESA - METAL CROMADO Material: corpo da torneira em metal/latão, com acabamento superficial cromado; Diâmetro da rosca de conexão: 1/2", com adaptador para 3/4"; Características adicionais: Bica móvel e bico arejador; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 443759</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III</p>	unidade	50	65,42

	(Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.			
36	TORNEIRA 1/2 - BICA MOVEL - DE PAREDE - METAL CROMADO Material: corpo da toneira em metal/latão Acabamento superficial: cromado Diâmetro da rosca de conexão a parede: 1/2", com adaptador para 3/4"; Características adicionais: Bica móvel com arejador. Uso: pia de cozinha; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 381092 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	150	54,84
37	TORNEIRA 1/2" PARA BANHEIRO CROMADA COM FECHAMENTO AUTOMATICO Material: corpo da torneira em metal/latão Acabamento superficial: cromado; Diâmetro da rosca de conexão à bancada/pia: 1/2"; Fechamento: automático; Características adicionais: Bico com arejador; Medida do braço: do centro da conexão ao centro do bico: mínimo de 12cm; Uso: lavatório, pia; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 429933 Critério de Sustentabilidade: 1. Utilização do material de acordo com a Lei 13.647/2018, que estabelece que todos os banheiros de uso coletivo, tanto em prédios públicos quanto privados, que forem construídos deverão ter torneiras com fechamento automático para evitar o desperdício de água. 2. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 3. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	140	73,20
38	TORNEIRA BOIA 3/4 P CAIXA D'ÁGUA Material: haste e corpo em latão ou metal galvanizado; Bitola: 3/4 polegada; Corpo reforçado, com balão em plástico; Apresentação: Embalada individualmente, contendo informações do produto e dados do fabricante; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 233179 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	50	11,34

39	<p>TORNEIRA METALICA PARA JARDIM Material: corpo da torneira em metal/latão; Modelo: 1/4 de volta; Diâmetro: rosca de conexão à rede de água de 1/2", com adaptador para 3/4"; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 261040</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	100	26,75
40	<p>TUBO DE LIGACAO P VASO SANITARIO Material: em <u>metal inoxidável</u>, com acabamento cromado; Tipo: ajustável, com canopla; Bitola: 1.1/2" Comprimento: 25 cm; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 356887</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	unidade	50	81,81
41	<p>TUBO DE PVC SOLDAVEL - 100MM Uso: Para instalações de esgoto; Cor: branca; Medidas: 100mm x 6 metros; Conexão: soldável; Unidade de medida: barra com 6 metros. Código SIASG: 75469</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	Barra de 6 metros	10	94,85
42	<p>TUBO DE PVC SOLDAVEL - 25MM Uso: Para instalações de água fria; Cor: marrom; Medidas: 25mm x 6 metros; Conexão: soldável; Unidade de medida: barra com 6 metros; Código SIASG: 396865</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	Barra de 6 metros	24	21,83
43	<p>TUBO DE PVC SOLDAVEL - 32MM Uso: Para instalações de água fria; Cor: marrom; Medidas: 32mm x 6 metros; Conexão: soldável; Unidade de medida: barra com 6 metros; Código SIASG: 075469</p> <p>Critério de Sustentabilidade: 1. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.</p>	Barra de 6 metros	15	47,62

44	VÁLVULA DE ESCOAMENTO EM PVC, COMPLETA Composição: Corpo, porca, tampa e vedação; Utilização: para lavatório de banheiro; Bitola: 7/8"; Serão aceitos com comprimento entre 70 e 80mm (sem ladrão); Unidade de medida: conjunto completo; Código SIASG: 465369 Critério de Sustentabilidade: 1. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	200	4,42
45	VALVULA DE ESCOAMENTO PARA PIA 3 1/2" X 1 1/2" Modelo: para pia; Medidas: 3 1/2" X 1 1/2" Apresentação: Produto embalado individualmente, contendo informações do produto e dados do fabricante; Unidade de Medida: unidade; Código SIASG: 150368 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.	unidade	30	23,62
46	VALVULA PARA MICTORIO Modelo: Com fechamento automático; Material: em <u>metal inoxidável</u> , com acabamento cromado; Apresentação: Conjunto completo; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 254410 Critério de Sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material passível de coleta seletiva, de acordo com a Instrução Normativa nº 11/2018 TRE PR.	unidade	30	74,50
47	APITO - PARA BRIGADA DE INCENDIO Material: em metal; Com bolinha de material levíssimo (cortiça ou isopor), que não encharque em contato com água; Som: agudo - que emita pelo menos 115Db, com pouco esforço para apitar; Características adicionais: - com anel de fixação (argolinha) em sua ponta; - embocadura anatômica; Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 151040 Critério de sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. 2. Material em metal, passível de reciclagem.	unidade	100	20,45
48	FITA ADESIVA DE SOLO E-17 SINALIZACAO EXTINTOR Material: em vinil autoadesivo com película de proteção, resistente a	unidade	200	35,25

	<p>Intempérie e Água; Uso: adesivo padrão E17, para sinalização de extintores e abrigos de mangueira; Medidas: 1m x 1m; Espessura: 0,20mm Utilização: em depósitos, garagens e áreas de movimentação de materiais para sinalizar o acesso desimpedido a extintores e mangueiras. Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores, que contenha impressas as características solicitadas para o material; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 338428</p> <p>Critério de sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>			
49	<p>LUMINARIA DE EMERGENCIA - 1.200 LUMENS Fluxo luminoso: 1200 Lúmens Quantidade de LEDs: 48 LEDs (24 em cada farol) LED Indicativo de funcionamento: Sim Bateria: 6 V 4 Ah Vida útil da bateria: 200 recargas - mínimo Regime de carga 48 Horas @ 0,1 C Alimentação Bivolt automático 110/220 V (50/60 Hz) Consumo de energia: 2 W (Carregando) / 4 W (Carregada) Autonomia: 3 horas (mínimo 1 hora) Temperatura de operação: 0-50°C Requisitos: NBR 10898 Temperatura de cor do LED: 6.000 K - 7.000 K (Branco frio) Grau de proteção: IP20 Fabricado: Plástico ABS Botão de Teste: Sim Garantia: 2 anos Referência: Segurimax 24707 Marca/Modelo de referência - Segurimax ref. 25113. Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 150260</p> <p>Critério de sustentabilidade: 1. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p>	unidade	30	199,40
50	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA A-2 INFLAMAVEL - RISCO DE INCENDIO A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020, bem como atender às especificações da norma NBR 16820. Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser autoextinguível; Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820; Conteúdo e formato: as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná; Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura indicada: 1mm; Outras características: - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e</p>	unidade	45	7,50

	<p>resistência mecânica;</p> <ul style="list-style-type: none"> - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta fixação. - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; <p>IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela; <p>Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 003492</p> <p>Critério de sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820. 2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. <p>Comprovação das características conforme NBR 16820/14:</p> <p>Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>			
51	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA A-5 RISCO DE CHOQUE</p> <p>A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser autoextinguível;</p> <p>Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820;</p> <p>Conteúdo e formato: as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná;</p> <p>Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura indicada: 1mm;</p> <p>Outras características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica; <ul style="list-style-type: none"> - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta fixação. - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; <p>IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela <p>Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 003492</p> <p>Critério de sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820. 2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega 	unidade	45	6,35

	<p>para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>Comprovação das características conforme NBR 16820/14: Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>			
52	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA E-5 EXTINTOR DE INCENDIO</p> <p>A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser autoextinguível;</p> <p>Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820;</p> <p>Conteúdo e formato: as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná;</p> <p>Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura indicada: 1mm;</p> <p>Outras características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica; - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta afixação. - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; <p>IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela; <p>Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 003492</p> <p>Critério de sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820. 2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. <p>Comprovação das características conforme NBR 16820/14: Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>	unidade	225	6,89
53	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA P-1 PROIBIDO FUMAR</p> <p>A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser autoextinguível;</p> <p>Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820;</p> <p>Conteúdo e formato: as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná;</p> <p>Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura</p>	unidade	45	7,10

	<p>indicada: 1mm;</p> <p>Outras características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica; - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta afixação. - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; <p>IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela; <p>Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 003492</p> <p>Critério de sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820. 2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. <p>Comprovação das características conforme NBR 16820/14:</p> <p>Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>			
54	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA PERSONALIZADA M-1 SISTEMAS DE SEGURANÇA</p> <p>A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser autoextinguível;</p> <p>Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820;</p> <p>Conteúdo e formato: as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná;</p> <p>Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura indicada: 1mm;</p> <p>Outras características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica; - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta afixação; - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; <p>IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela; <p>Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 003492</p> <p>Critério de sustentabilidade:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, 	unidade	100	39,95

	<p>bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo;</p> <p>3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>Comprovação das características conforme NBR 16820/14: Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>			
55	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA PERSONALIZADA S-17 (NIVEL, ANDAR, SUBSOLO, MEZANINO)</p> <p>A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser autoextinguível;</p> <p>Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820;</p> <p>Conteúdo e formato: - as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná;</p> <p>Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura indicada: 1mm;</p> <p>Outras características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica; - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta fixação. - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; <p>IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela; <p>Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores;</p> <p>Unidade de medida: unidade;</p> <p>Código SIASG: 003492</p> <p><u>Critério de sustentabilidade:</u></p> <p>1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo;</p> <p>3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo.</p> <p>Comprovação das características conforme NBR 16820/14: Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>	unidade	25	5,45
56	<p>PLACA FOTOLUMINESCENTE DE EMERGENCIA S-12 SAIDA</p> <p>A sinalização deve atender todas as condições do sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020, bem como atender às especificações da norma NBR 16820.</p> <p>Material: em PVC expandido com tratamento para não propagar chamas e ser</p>	unidade	45	9,70

<p>autoextinguível; Cor: cores de contraste fotoluminescentes, que atendam à norma NBR 16820; Conteúdo e formato: as placas devem fazer uso dos símbolos, mensagens, cores, requisitos e especificações definidos na NPT 20/2014 do CSCIP - Corpo de Bombeiros do Paraná; Espessura: as placas devem possuir resistência mecânica e espessura suficiente para que não sejam transferidas para a superfície da placa possíveis irregularidades das superfícies onde forem aplicadas - espessura indicada: 1mm; Outras características: - resistir a agentes químicos e limpeza, à água e ao intemperismo; - ser constituída somente de materiais atóxicos e não radioativos; - atender às propriedades calorimétricas, de resistência à luz e resistência mecânica; - ser fornecidas com adesivos específicos e suficientes para sua correta afixação. - tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; IMPORTANTE: No rodapé das placas deverá conter as seguintes informações: - Nome da empresa; Código 140/201800K-W; CNPJ da empresa; Data de confecção da tela; Apresentação: em embalagem individualizada, contidas em caixas maiores; Unidade de medida: unidade; Código SIASG: 003492</p> <p><u>Critério de sustentabilidade:</u> 1. A sinalização deverá ser conforme Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Paraná, especialmente a NPT 020/2014, bem como atender às especificações da norma NBR 16820. 2. Constituição da placa e o tratamento fotoluminescente usado nas placas deve ser atóxico e não radioativo; 3. O material deve ser preferencialmente acondicionado em embalagem de papelão adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, em conformidade com a IN 01/2010, art. 5º, inciso III (Ministério da Economia), bem como possibilitando sua utilização pós entrega para outros fins dentro da instituição, sendo ao final reabsorvidas pela natureza, sem impacto ambiental negativo. Comprovação das características conforme NBR 16820/14: Por ocasião da apresentação da proposta, o fornecedor deverá comprovar ao pregoeiro que o material está de acordo, demonstrando que suas placas contém no seu rodapé as informações conforme solicitado acima.</p>			
---	--	--	--

2.2 – Do Recebimento do Objeto:

2.2.1 - Recebimento provisório: O objeto será recebido provisoriamente pela SLMC – Seção de Logística de Material de Consumo e encaminhado em até 02 (dois) dias úteis para recebimento definitivo da SGMC - Seção de Gestão de Material de Consumo.

2.2.2 - Aceite técnico: Caso haja necessidade, ato contínuo a SGMC encaminhará o processo para aceite técnico, a ser realizado em até 2 (dois) dias úteis, para as situações onde o material esteja em conformidade com o edital.

2.2.2 - Recebimento definitivo: Será efetuado pela Seção de Gestão de Material de Consumo, em até 03 (três) dias úteis após o recebimento provisório ou o aceite técnico, onde houver.

3 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

3.1 – Da entrega:

3.1.1 – Do prazo para entrega: o prazo para entrega do objeto é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do aceite da Nota de Empenho.

3.1.2 - Recebido o objeto, mas constatada qualquer falta/defeito/imperfeição, a Contratada deverá providenciar a correção ou substituição do material no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do comunicado do gestor, sem quaisquer ônus adicionais à proposta.

3.1.3 - Esgotado o prazo previsto no item anterior, sem que haja correção ou substituição do material em desacordo, os dias excedentes serão considerados como de atraso na entrega, cabendo a aplicação das sanções previstas no edital.

3.1.4 - Para o caso de material recusado em razão de desacordo com as características contratadas, substituído ou não, deve ser retirado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, estes contados de notificação expressa feita pela Gestão da contratação para o recolhimento do bem, sob pena de perdimento de bens na forma do art. 1275 do Código Civil.

3.1.5 - Caso a retirada do material recusado não seja efetuada no prazo citado no item anterior, o TRE-PR poderá efetuar sua inclusão em lotes para desfazimento por doação a entidades filantrópicas.

3.1.6 - O material solicitado deverá ser entregue na sua quantidade total, sendo rejeitadas as entregas parceladas e/ou produto/marca diferente da contratada.

3.1.7 – Do local da entrega. A empresa deverá agendar a entrega na Seção de Logística de Material de Consumo pelos telefones (41) 3330-8677, 3072-4839, 3330-8335 ou 3072-4879, ou pelo e-mail slmc@tre-pr.jus.br.

3.1.7.1 - As entregas deverão ocorrer na sede do TRE-PR, em Curitiba/PR, na rua João Parolin, nº 224, bairro Prado Velho, CEP 80.220-902, sendo responsável pelo recebimento a Seção de Logística de Material de Consumo – SLMC.

3.1.7.2 - A empresa deverá efetuar a entrega do produto acompanhado da nota fiscal ou do DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) correspondentes, podendo efetuar o envio antecipado do documento fiscal pelo e-mail slmc@tre-pr.jus.br.

3.2 – Da sustentabilidade:

3.2.1 - Os critérios de sustentabilidade para cada material especificamente, quando for o caso, são os constantes nos respectivos descritivos do item 2.1 deste Termo de Referência.

3.3 – Das demais obrigações:

3.3.1 – Os dados referentes aos itens, quantidades, preços, marcas e modelos deverão ser idênticos aos que forem homologados no processo licitatório.

3.3.2 - A contratada deverá manter-se em situação de regularidade fiscal durante a contratação, sendo condição necessária para emissão da nota de empenho e para o envio a pagamento.

3.3.3 - A contratada deverá:

3.3.3.1 - Manter atualizados seus endereços de e-mail e telefone junto à Gestão da contratação.

3.3.3.2 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRE PR e atender prontamente às reclamações que lhe forem apresentadas, relacionadas com o fornecimento do objeto contratado.

3.3.3.3 - Entregar todo o bem em perfeito estado, sem avarias externas ou defeitos tanto de fabricação como os ocasionados eventualmente no transporte.

3.3.3.3.1 - A contratada terá seus produtos analisados, no ato do recebimento definitivo e serão recusados aqueles que não satisfizerem as especificações deste Termo de Referência.

3.3.4 - São de responsabilidade da Contratada todos os encargos, tributos e despesas necessárias ao transporte e a entrega do objeto em perfeito estado de fornecimento, devendo este ser de primeira qualidade, obedecendo à garantia legal e às demais normas do Código de Defesa do Consumidor.

4 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 – É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

4.2 – As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoas sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

4.3 – As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD;

4.4 – Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação;

4.5 – A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE;

4.6 – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda,

alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

5 – DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A fiscalização e a gestão da contratação serão realizadas por servidores formalmente designados para esse fim, em consonância com o artigo 67, parágrafos 1.º e 2.º: da Lei nº 8.666/93.

5.1.1 - As atribuições do gestor são: representação junto ao fornecedor quando das ocorrências de atraso, inadimplemento, desacordo de materiais em relação ao contratado, emissão de atestado de recebimento definitivo e abertura de processo administrativo sancionador, quando necessário.

5.1.2 - As atribuições do fiscal são: recebimento provisório do material em depósito, conferência das quantidades e características dos materiais em relação ao contratado, recebimento do documento fiscal e emissão de atestado provisório de recebimento.

6 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Os licitantes deverão cotar os preços dos bens, seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aquelas que não puderem atender às condições do edital.

6.3 - Nos valores cotados deverão estar incluídas todas as despesas, tais como fretes, despesas com empregados, equipamentos, veículos, combustíveis, seguros, tributos, dentre outros, que comporão o preço final da proposta do certame.

6.4 - Dúvidas relativas ao conteúdo deste Termo de Referência poderão ser sanadas junto à SGM-C – Seção de Gestão de Material de Consumo, com Lilian, Nelson ou Marilene pelos telefones: (41) 3330-8788, 3330-8991, 3072-4816, e 3072-4815 – e-mail: sgmc@tre-pr.jus.br.

ANEXO II

“MINUTA”

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº .../2021

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 10.024/2019, nº 7.892/13 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº xx/2021 (PAD 9.534/2020), RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

Empresa:
CNPJ:
Nome do representante legal:
RG nº
CPF nº
Endereço completo:
CEP:
Inscrição Estadual/Municipal:
Telefone:
E-mail:
Banco:
Agência:
Nº Conta Corrente:

Conforme quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	Unidade	Marca	QTD	PREÇO UNITÁRIO (R\$)

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo, na categoria de **MANUTENÇÃO PREDIAL**, visando atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, conforme o edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços

Elaboração: SEÇÃO DE LICITAÇÕES/ Maria Carolina Marques Gomes

1/5

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 03/11/2021 18:08:19
Por: ANGELA MARIA MEZARI

TRE/PR

apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

2. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o fornecedor registrado quanto à requisição do objeto mediante o envio da nota de empenho, a ser repassada via e-mail ou retirada pessoalmente pelo fornecedor:
 - a.1) a nota de empenho equivalerá a uma ordem de fornecimento;
- b) permitir ao fornecedor o acesso ao local da prestação de serviço, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação do serviço;
- d) efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

2.1.1 - Esta Ata não obriga o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a firmar contratação com o fornecedor cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

2.2 - Constituem obrigações do fornecedor:

- a) assinar esta Ata no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da convocação.
- a) fornecer o objeto conforme especificação e preço registrados;
- b) observar as condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I;
- c) prestar os serviços solicitados nos prazos máximos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I.
- d) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- e) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
- f) cumprir as demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Esta Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, contados da data registrada no SIASG.

3.2 – Não será permitida adesões à esta Ata de Registro de Preços (conforme previsto no item 12.6 do edital de licitação).

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por servidor formalmente designado para este fim, que determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67 §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/93) e notificará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

4.2 – O fiscal/gestor terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral e controle junto à Contratada, cabendo ordenar a correção quanto ao fornecimento efetuado em desacordo com as especificações constantes no objeto.

4.3 - O gestor será responsável em comunicar a Contratada, fixando prazos para solucionar problemas, correções dos defeitos ou irregularidades encontradas no fornecimento e/ou prestação dos serviços ora contratados, sob pena de responsabilização administrativa.

4.4 - Se a inexecução persistir, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhar à Secretaria de Administração devidamente instruído do comunicado acima e do formulário específico devidamente preenchido, referentes a intenção de abertura de Processo Administrativo.

5. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Desta forma, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano.

5.2 - A atualização monetária somente poderá ocorrer se houver atraso no pagamento motivado pela Administração do TRE.

5.3 - A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro por meio da planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

5.3.1 - Para a concessão da revisão dos preços, a(s) empresa(s) deverá(ão) comunicar ao TRE a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

5.3.2 - Caso o TRE já tenha emitido a(s) nota(s) de empenho respectiva(s) para que a Contratada realize a entrega dos materiais e a empresa ainda não tenha realizado o pedido de revisão de preços, este não incidirá sobre o(s) pedidos já formalizados e empenhados.

5.4 - O Contratante terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

5.4.1 - Durante esse período a(s) contratada(s) deverão efetuar as entregas dos pedidos pelos preços registrados e nos prazos especificados em cada item, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRE. Nesse caso, o TRE procederá ao reforço dos valores pertinentes aos bens empenhados após o pedido de revisão.

5.4.2 - O não cumprimento da entrega nas condições estabelecidas poderá implicar a pena de impedimento do direito de licitar.

5.4.3 - A(s) Contratada(s) obrigar-se-ão em realizar as entregas pelo(s) preço(s) registrado(s) caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

6. DAS SANÇÕES

6.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV, art. 87 da Lei nº 8666/93 e artigo 7º da Lei nº 10520/2002:

a) Advertência, para faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multas, cuja base de cálculo será o valor do item empenhado:

b.1) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) Excepcionalmente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso presente o interesse público, a Administração poderá aceitar a entrega do objeto, sem prejuízo da incidência da multa prevista no item b.1.

b.1.2) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do item e rescisão por inexecução contratual.

b.2) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega do(s) item(ns).

b.3) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o eventual inadimplemento a outras obrigações pactuadas.

c) Impedimento de licitar e contratar com a União (art. 7º, Lei nº 10.520/02).

6.2. Enquanto pendente processo administrativo para aplicação de multa, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá reter parte dos valores previstos em nota fiscal para garantir o adimplemento da penalidade.

6.3 - As multas e os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos em favor da contratada ou, não havendo possibilidade, deverão ser recolhidos em favor da União, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

6.4 - As multas imputadas à Contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 - O registro do fornecedor será cancelado, pelo órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia), publicada em 22/03/2012.

- I. descumprir as condições desta ata de registro de preços bem como do edital e seus anexos;
- II. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV. sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993](#), ou no [art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002](#).

7.2 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do fornecedor.

7.3 - O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo órgão gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.4 - A comunicação do cancelamento do registro do fornecedor, nos casos previstos no inciso I do item 7.1, será feito por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.5 - No caso do fornecedor encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação será feita por publicação, no Diário Oficial da União, considerando-se cancelado o registro do fornecedor, a partir do 5º dia útil, a contar da publicação.

7.6 - A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço, não o desobriga do fornecimento dos bens/prestação dos serviços até a decisão final do órgão gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

8. DO FORO

8.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba-PR. para dirimir as dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2021.

(Assinatura Representante legal)
Nome:
CARGO:

Dr. VALCIR MOMBACH
Diretor Geral do TRE/PR